

5. “Descolonização? Fomos recolonizados...”: considerações finais.

A frase acima foi emitida por Nelly Romero, liderança guarani e vice-presidente da CIDOB, ao ser indagada sobre o processo de descolonização na Bolívia durante encontro anual da COICA. Seu ceticismo quanto ao tema espelha, entre outros fatores, a percepção compartilhada por parte dos críticos ao governo Morales, sejam estes seus ex-integrantes, antigos aliados ou simplesmente aqueles que de início depositaram suas esperanças no “proceso de cambio”, de que a descolonização teria se convertido em um slogan, sobretudo. Ademais, sua fala guarda relação direta com os acontecimentos que se desencadearam a partir da repressão à VIII Marcha, mas que não se resumem a este episódio especificamente. De fato, o conflito evoca uma teia de relações de poder já presentes no cenário político boliviano, envolvendo personagens distintos, como latifundiários, camponeses e cocaleiros (muitos destes de ascendência aymara e quéchua), e indígenas comunários em torno do acesso à terra, ao território e aos canais institucionais da política, cujos interesses se vêem acirrados com as mudanças implementadas a partir de meados dos anos 2000. Mas a questão central por trás de seu estranhamento sobre a descolonização contemporânea remete-se a uma dinâmica mais profunda, refletida na expressão “colonialismo interno” e na idéia de “horizonte colonial”. Estas noções evocam uma permanência da lógica subjacente ao discurso colonial que, introjetada pelos atores envolvidos no processo, é reproduzida no cotidiano da sociedade boliviana e evocada abertamente nos momentos mais críticos de disputa pelo poder e possibilidade de mudança das regras do jogo colonial.

Neste sentido, a contradição assistida não apenas entre a elite majoritariamente mestiça que compõe a cúpula governamental, como também entre os próprios indígenas, equivocadamente mitificados como um todo homogêneo portador da transformação, consiste num aspecto intrínseco ao fenômeno colonial, que não se desvanece uma vez que o colonizado empreende um movimento pela sua liberação. É porque a descolonização constitui um processo complexo, pautado por idas e vindas e que envolve em última instância uma mudança de mentalidade, que o seu alcance deve ser pensado no longo prazo,

como dizia Fanon, ou em termos geracionais, como afirma Huanacuni. Ainda, é pelo fato de aymaras, quéchuas, guaranis, chiquitanos, entre tantos outros grupos étnicos, equivalerem a um ator coletivo heterogêneo, com diferenças internas e entre si, que não devemos associar sua atuação no cenário político nacional em termos de um automatismo com vistas à liberação, o que configuraria um recolonizar pela intelectualidade. Se por um lado a descolonização tem no colonizado a possibilidade de existência, por outro, as incoerências apresentadas pelo mesmo e que refletem o círculo vicioso e neurótico das relações coloniais, fazem da liberação um processo que pode encontrar no colonizado um de seus grandes obstáculos. Este fato foi percebido não apenas pelos escritores pós-coloniais “clássicos” aqui incorporados, como também por Fausto Reinaga ao declarar que o “índio desindianizado, o índio amestiçado, o índio feito `camponês`, o índio nas garras psíquicas, econômicas e sociais do Ocidente, esse índio é o carrasco mais carrasco de sua raça”

¹⁵⁹. Reinaga clamava, assim, para um despertar da consciência entre os indígenas como a chave para a sua liberação, como condição de possibilidade para o fenômeno descolonial, colocando em xeque interpretações romantizadas ou que viam no indígena uma mera tábula rasa, mesmo pensamento atribuído de maneira frequente ao colonizado.

Desse modo, em paralelo à percepção de que “o colonizado guarda consigo a destruição do colonialismo”, o caso aqui analisado nos revela que este mesmo projeto parece ter deixado como legado os pilares para a sua manutenção, renovando-se nas políticas institucionais e na interação social. Ambas inserem-se em um cenário mais amplo, cruzado por uma disputa de poder que se pauta na desigualdade a qual, por sua vez, reflete a estratificação colonial e a sobreposição entre raça e classe. No que tange à problemática institucional, esta refuncionalização do colonial é observada num primeiro momento sob o manto da “inclusão excludente” e que, nas administrações Morales, apresenta-se num primeiro momento através de uma sofisticação discursiva que acompanha, por exemplo, a captura do Suma Qamaña. Neste ponto específico, a retórica governamental promove, por meio de um vocabulário que alude às obras de grandes intelectuais que trataram o tema da liberação do oprimido (desde os

¹⁵⁹ Citado em Quispe, Op.Cit., p.57.

marxistas até os “decolonialistas”) e à literatura do Suma Qamaña, uma “ode” à descolonização e ao colonizado enquanto representante de uma vanguarda revolucionária. Simultaneamente, este discurso atrela as possibilidades de realização do processo à figura do Estado, convertendo-o no maior propulsor da liberação deslocando, assim, o papel do colonizado. Este deslocamento é permitido na medida em que o ente estatal e o governo que o representa, centrado no MAS, são “colados” às organizações da sociedade civil, em especial às indígenas e camponesas, promovendo uma equivalência entre Estado, partido político e sociedade. Lembremos aqui que o governo de Morales é caracterizado pelos seus integrantes como o “governo dos movimentos sociais”.

Neste sentido, ainda que o colonizado apareça como crucial para assegurar a mudança, atuando junto à administração estatal, será essa ligação estreita que engessará a agência do primeiro, perpetuando uma relação clientelista e frágil. Por um lado, tal relação ratifica a assimetria entre as partes. Por outro, seu fundamento repousa sobre uma linha tênue posto que a ruptura com os setores que apóiam o governo e que, através disto reivindicam maior participação política e acesso a fundos, poderia promover um desequilíbrio, prejudicial à ideia de governabilidade e, sobretudo, à manutenção da nova elite nas instituições do poder num momento de expansão do MAS no cenário nacional. É neste “xadrez” político que se fortalecem determinadas alianças e se enfraquecem outras, resultando na marginalização de atores que tiveram um desempenho protagônico para o “proceso de cambio” em meio a disputas entre as organizações, à execução de um projeto de desenvolvimento articulado com o entorno sul-americano e à neutralização da antiga elite, em especial nas terras baixas. A problemática em torno do TIPNIS expressa este processo, atrelando os mecanismos de “inclusão excludente” ao de segregação aberta quando observada em um cenário mais global. Isto porque a atitude autoritária da administração estatal e a repressão aos manifestantes não se desvinculam de divisões setoriais bem como da aprovação de medidas institucionais, como a Lei Eleitoral e a Lei Marco de Autonomias, que se apartam de acordos estabelecidos previamente com parte da base de apoio.

Este quadro vai-se delineando paulatinamente, em especial ao longo de 2010, que marca o início da segunda gestão Morales (a primeira nos parâmetros do Estado Plurinacional), e possui como divisor de águas o ano de 2011. Passado um primeiro momento, caracterizado por grandes mudanças – a nacionalização

dos hidrocarbonetos, a promulgação da nova Carta Constitucional, a realização da reforma agrária, entre as principais – este segundo período será pautado pela reconfiguração das forças políticas. Neste cenário, os anos de turbulência e embates violentos entre indígenas e camponeses e a elite branco-mestiça cedem lugar aos conflitos entre as organizações que conformavam o Pacto de Unidade e entre estas e o governo. A partir daí, emergem disputas já existentes entre os mesmos, encobertas pelos esforços com vistas à contenção de um “inimigo comum”, e pela defesa da Constituinte e dos recursos naturais. Na medida em que os grupos indígenas contrários à postura governamental decidem empreender ações para fazer valer as suas demandas, irrompe-se uma série de estereótipos, antes associados de modo freqüente à relação entre colonizador e colonizado, representados pela antiga elite e por indígenas/cocaleiros/camponeses, e que, a partir dos eventos em torno do TIPNIS, serão reproduzidos pela nova elite. Aqui, não apenas a cúpula branco-mestiça como também os demais integrantes do MAS (indígenas, cocaleiros, colonizadores/interculturais e tantos outros) e aqueles pertencentes a organizações sindicais e comunárias, formadas por uma maioria indígena ou de ascendência indígena, utilizarão um vocabulário racista-colonial direcionado aos grupos e lideranças de base das terras baixas.

Nesta dinâmica, os últimos serão caracterizados como “atrasados”, “incivilizados”, lembrando em muito as declarações dos *kurakas* em relação aos seus súditos e o racismo geográfico que, na *historia patria*, exaltava o que era percebido como as grandes civilizações pré-colombianas as quais, no caso andino, eram originárias do altiplano e contrapunham-se aos seus homólogos amazônicos e do Chaco, considerados mais selvagens. Ainda, este vocabulário será reforçado pela linguagem machista, o reverso deste discurso racista, que será evocada como um modo de se legitimar a colonização territorial do parque. Neste sentido, observamos um conjunto de iniciativas e declarações apontando para a permanência de um horizonte colonial e, mesmo, o asseverar da diferença colonial e o seu redesenho, utilizando-se por vezes de mecanismos mais refinados e de tantos outros, recuperados do histórico de exclusão do indígena. Entre estes últimos, não apenas o uso da força, como também as tentativas de criminalização e a detenção das lideranças comunárias, reproduzindo-se um quadro já denunciado pelos “Caciques Apoderados”, como destacamos em nosso debate teórico. Isso, paralelamente à exaltação do essencialmente distinto, sob a capa do Suma

Qamaña, não só para o plano doméstico mas também como parte de uma estratégia para se ressaltar no exterior uma autenticidade da Bolívia e de seu governo atual. Se para dentro temos o “governo dos movimentos sociais”, para fora a estratégia adotada é também a de um “governo indígena”, que possui como seus máximos representantes Evo Morales e o ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca, ambos aymaras. Devemos lembrar que o segundo consiste num dos maiores promotores do Suma Qamaña e de seu enquadramento governamental, catapultando-o às conferências internacionais.

Talvez pelos fatores expostos acima e pelo “sequestro” do Suma Qamaña, presente em documentos e nas propagandas oficiais como “Viver Bem”, muitos passaram a identificar nas iniciativas governamentais a promoção de algo semelhante a uma “hegemonia aymara”, como sinônimo não necessariamente de um consenso, e sim de uma preponderância deste grupo. Entretanto, tal percepção encobre as contradições entre os próprios aymaras, uns apoiando a administração em vigor, outros se opondo a mesma, ambos os polos contando com a presença de defensores e críticos do Suma Qamaña, permeados por ideologias distintas. Ainda, coloca em segundo plano o fato de a diferença colonial reavivada nos últimos anos ser perpassada pela questão classista, mas não se reduzir à mesma. Fosse assim, os embates ocorreriam exclusivamente entre indígenas/camponeses e os comunários: embora os lados da disputa sejam majoritariamente compostos por estes atores, este quadro é igualmente permeado pelos desacordos entre os comunários do altiplano e das terras baixas, por um lado, e no interior destes últimos, por outro. Neste caso, salientamos que a fragmentação mais imediata teve lugar entre aqueles que compunham a CIDOB, ocorrendo posteriormente no seio do Conamaq. Desse modo, paralelamente à introjeção da mentalidade colonial, a qual ressaltamos acima, este quadro nos revela a tensão entre etnia e o fator econômico, formando categorias que ora se contrapõem, ora se cruzam com vistas a reforçar determinada posição na cena político-social.

De toda forma, a homogeneização consiste numa característica apontada em grande medida pela intelectualidade boliviana, que sugere a figura do aymara como o ator político privilegiado neste processo. A mesma pode ser observada nas seguintes passagens:

“Durante o primeiro governo de Evo Morales [...], formou-se um grupo de apoio [aos indígenas comunários], com muitos ministros de esquerda, e o que se

comentava era ‘já começaram as pressões de aymaras, de colonos’. Pouco a pouco, essas pessoas foram saindo do grupo. Em 2008, o governo me pediu que elaborasse uma política para os povos indígenas altamente vulneráveis, era financiada pela Dinamarca, mas nunca houve a intenção de fato que isso se concretizasse. Esse governo fez um convênio com os latifundiários de Santa Cruz de que não irá tocá-las [as terras]. [...] Há a pressão dos colonos agora, querem terras e têm direito. Mas já não há terras fiscais e a pressão é sobre as terras indígenas” (Entrevista de Bernd Fischermann. La Paz, fevereiro/2013)

Também

“O TIPNIS põe em evidência uma série de contradições que existem na Bolívia [...]. O conflito pela estrada enfrentou o governo com os indígenas das terras baixas. Também enfrentou os colonizadores andinos com os indígenas das terras baixas. E o governo tomou uma postura aberta em aliança com os colonizadores, que são andinos, altiplânicos e dos vales, em contraposição aos interesses dos indígenas das terras baixas. A partir daí, já se pode ver que há algumas contradições que o conflito do TIPNIS põe em evidência. Uma delas é a visão sobre a terra. Os indígenas das terras baixas, desde os anos 80, e principalmente dos 90 quando logram o reconhecimento de seus territórios, colocaram de forma muito clara que o seu conceito é territorial. Eles reivindicam a terra como o seu espaço de vida. Em nenhum momento os indígenas das terras baixas vão reivindicar a terra a partir de uma lógica econômica ou produtiva. Eles o fazem a partir de uma lógica histórica. São territórios históricos que foram deles. Segundo, fazem-no a partir de uma lógica de vida: são seus espaços, onde sempre viveram e onde querem continuar vivendo. E os recursos que estão ali são os que os permitiram viver e querem um controle destes para continuar vivendo como desejarem. Esta visão de reivindicação da terra para os indígenas das terras baixas se choca com a visão andina, que possuem os camponeses da parte andina e os colonizadores [...] Eles foram artífices e ao mesmo tempo são filhos da reforma agrária [...] E na visão da reforma agrária a terra é de quem a trabalha [...] Estamos enfrentando duas lógicas: uma lógica econômica, produtiva, porque os camponeses ademais estão relacionados com o mercado, produzem para o mercado e requerem terra, sim; mas a outra lógica é a dos indígenas das terras baixas, que não estão relacionados com o mercado, que não querem produzir para o mercado, querem um território para continuar vivendo como estão até agora [...] São duas lógicas totalmente diferentes. [...]

O outro acho que é um tema de visões econômicas. Os camponeses andinos, os colonizadores estão relacionados com o mercado, e têm uma visão econômica de produção para o mercado. Buscam um excedente produtivo que lhes permita a acumulação, uma lógica eminentemente de produção capitalista e, podemos dizer, de desenvolvimento. Isso é Viver Bem? Não sei, mas essa é a lógica e funciona. [...]

Uma terceira contradição, que é mais séria, no Estado Plurinacional, no esquema da descolonização do Estado. Os indígenas das terras baixas apoiaram isso, fizeram marchas, mobilizações, e na Assembléia Constituinte foram os que mais empurraram o tema do Estado Plurinacional. Por quê? Porque eles se consideram nações e a Constituição diz que são 36 nações. E quando dizemos Estado Plurinacional, estamos falando que estas 36 nações entram num plano de igualdade. Ou seja, o reflexo da Constituição Política do Estado Boliviano não é a igualdade dos seus cidadãos, e sim um pacto em que se estabelece a igualdade entre as nações que conformam a Bolívia [...] Não há uma nação mais importante que a outra. Essa é a Constituição e isso deveria ser o Estado Plurinacional [...] Isso implica o exercício de autonomia, que a Constituição reconhece no nível de

cada povo. Portanto, estamos falando de cada povo com um espaço territorial, com um governo próprio, como uma visão política, cultural ideológica de acordo com cada povo. Entretanto, o que nos propõe o governo com o Estado Plurinacional? Nos propõe um Estado Plurinacional com um partido único, com um líder nacional, com um programa político nacional, de 13 pontos. Nos propõe um só color, uma só visão ideológica. Isso é Estado Plurinacional? [...]

Os programas de descolonização que estão chegando têm, para mim, duas visões ou dois elementos importantes: uma, que se começa a questionar uma visão ideológica muito forte de colonização, que veio do espanhol, do europeu, como a visão dominante, como a única que fale de linguagem, idioma, até certos princípios, valores, formas de vida. E isso me parece positivo. Mas o segundo elemento que leva esta visão de descolonização é que, sim, se está transmitindo a visão hegemônica de outra cultura, basicamente do aymara, como a nova visão hegemônica. Então, começa-se a impor visões que vão desde a visão produtiva da terra – e pode-se ver isso no discurso das Bartolinas, da CSUTCB, que as TCOs dos indígenas são improdutivas, que se deve revertê-las, que são latifúndios. E quando o governo diz isso, estamos também apresentando uma visão colonial. É uma visão colonizadora a partir do econômico, visão colonizadora a partir do político, visão colonizadora a partir dos elementos ideológicos. Não pode haver um Estado Plurinacional sob um esquema como este, de um partido, de um líder, de um programa para 36 nações totalmente diferentes. Estamos querendo, através do indígena, homogeneizar a diferença. 36 povos totalmente diferentes, queremos torná-los iguais porque todos são índios. E isso é colonial. [...]” (Entrevista de Alcides Vadillo. Santa Cruz de La Sierra, abril/2013).

Para além das distintas informações expressas nos relatos acima, estas possuem em comum a percepção de que o momento em questão revela-se como uma disputa de interesses, segundo o qual o governo busca fazer valer as demandas dos colonizadores. Neste sentido, estabelecem uma equivalência entre governo, colonizadores, partido político e a figura do aymara, conformando uma cadeia de significados que, se por um lado retratam em parte o cenário nacional, por outro silenciam o caráter controverso do processo histórico e suas particularidades. Assim, por exemplo, estas observações perdem de vista o movimento de resistência promovido pelos proponentes do Suma Qamaña que, enquanto um discurso construído pelo colonizado com base no essencialmente distinto, no cosmológico, no comunal, insere-se em uma série de iniciativas voltadas para a sua conscientização e, assim, o seu empoderamento. Como ressaltamos anteriormente, o Suma Qamaña surge nos anos 2000, a partir de vozes do altiplano em um cenário de confronto aberto contra o Estado e pela liberação do indígena. Emerge *a partir do e para o* colonizado em contraposição ao discurso colonial consistindo, portanto, numa ferramenta político-identitária que se funda sobre o esgarçar da diferença, o reforço da fronteira.

É diante de sua despolitização quando inserido na retórica estatal e, desse modo, do engessamento de seu potencial mobilizador, que grande parte de seus proponentes o reconstrói novamente como um modo de resistir à absorção do indígena aos moldes institucionais que, não obstante à sua forma plurinacional, seguem reproduzindo a mesma lógica intrínseca às relações coloniais. Neste sentido, a “inclusão excludente” adapta-se à mudança, reinventando-se no governo em questão, que se apodera da descolonização e se apresenta como o seu grande promotor, como a possibilidade para que o colonizado mantenha-se no poder e efetive suas demandas particulares, classistas ou não, em detrimento dos comunários. Os últimos buscarão igualmente manter-se no jogo político, seja aproximando-se ao governo, seja conservando a sua autonomia e se assumindo como oposição, alguns destes estabelecendo alianças pragmáticas com a antiga elite, enquanto outros procuram conformar blocos políticos de fato. Neste último caso, inserem-se a candidatura de Fernando Vargas à Presidência pelo Partido Verde da Bolívia e a formação de frentes opositoras ao MAS, muitas das quais não lograram firmar-se. De todos os modos, os fatos assinalados aqui previamente à consolidação de alternativas no cenário eleitoral já apontavam para a configuração de um divisionismo no seio das organizações, no interior do sujeito duplamente colonizado.

É neste momento, simbolizado pelo TIPNIS, que retórica e prática, antes distanciadas pelos mecanismos da “inclusão excludente”, voltam a encontrar-se, revelando de modo escancarado sua face segregacionista, racista, machista, colonial e violenta. Neste quadro polarizado, o maniqueísmo e o abismo espaço-temporal da gramática do colonialismo são acionados pelos atores em questão, demonstrando a força de uma lógica já presente nos conflitos locais entre comunários e colonizadores-cocaleiros, por exemplo, e entranhada no cotidiano do tecido social boliviano. Neste sentido, a coexistência entre o “eu” e o “outro” permanece como um “problema” a ser tratado, considerando que seu alcance mais imediato, a saber, no âmbito das instituições, sequer foi alcançado de fato. Enquanto no Legislativo reduziu-se o número de candidatos indígenas autônomos, privilegiando-se o vínculo partidário em detrimento da representação por cada grupo étnico, no Executivo o entorno presidencial foi sendo blindado, distanciando-se daquilo que poderia vir a ser um co-governo, na acepção de

Tapia¹⁶⁰. No Judiciário, por sua vez, a inclusão de magistrados indígenas não representou uma igualdade entre as normas comunitárias e aquelas próprias da justiça ordinária, permanecendo as primeiras subordinadas às últimas.

Neste sentido, a coexistência na diferença encontra seu obstáculo na perenidade de um “estado de consciência”, de um lado, e seu reflexo nas instituições do Estado e na dinâmica social, ambas se reforçando. Tal cenário representa a complexa relação entre descolonização e a construção do ente estatal que, mesmo em seu contorno plurinacional como uma superação ao encobrimento e marginalização promovidos pelo Estado-nação moderno, não logra superar o formato deste último. Neste sentido, para além dos paradoxos aqui expostos, entendemos que a formação do Estado (e o próprio nacionalismo, articulado e promovido pela gestão Morales como o “comum” entre bolivianos de identificações as mais diversas), ao mesmo tempo em que se funda na descolonização e resulta deste processo, como ressaltam Fanon e Memmi, surge também como um limite para tal. Isto porque a construção do ente estatal, por mais que se proponha como uma alternativa, não consiste num fenômeno isolado, senão que se mostra embebido num histórico institucional e de vínculos com atores estatais e não-estatais, que perpassam o doméstico e promovem uma interseção com as demais dimensões. Esta teia de relações funciona, assim, como um fator de constrangimento que deve ser considerado nas análises sobre a descolonização e o colonialismo interno tendo em vista que o mundo mostra-se cada vez mais conectado.

Os casos aqui abordados nos demonstram este caráter local e, simultaneamente, multidimensional na medida em que os acontecimentos no âmbito interno estão estreitamente vinculados aos demais planos, tanto no que tange a esfera institucional formal do Estado, como já mencionamos, quanto a sociedade civil organizada. Com relação à última, salientamos a construção do Suma Qamaña como parte de uma iniciativa mais abrangente, assistido também no entorno regional, como uma estratégia de poder indígena. O mesmo vale, então, para o Sumak Kawsay, no Equador que, assim como a Bolívia, apresenta-se aparentemente em uma sociedade na qual o empoderamento indígena cedeu lugar ao divisionismo e à marginalização de alguns grupos em meio à centralização do

¹⁶⁰ Ver Introdução deste trabalho e Tapia (2006), Op.Cit.

poder estatal e o avanço de uma agenda “progressista”. Também os acontecimentos em torno do TIPNIS evidenciam esta rearticulação do movimento indígena andino-amazônico, representado pela COICA, contra o Estado e visando os organismos internacionais, com o suporte de organizações não-governamentais internacionais. Contudo, esta rearticulação não implica necessariamente uma visibilidade do ator coletivo nestes organismos uma vez que o Estado segue como instituição preponderante nestes espaços de ação. Este é o caso das Nações Unidas, onde a imagem de “governo indígena” sobressai-se, silenciando a resistência e espelhando no internacional a fragmentação do movimento indígena nos âmbitos local/nacional/regional¹⁶¹. De todos os modos, tanto o TIPNIS como o Suma Qamaña aproximam-se de uma dinâmica multidirecional, onde um acontecimento produz desdobramentos diversos e, simultaneamente, oculta uma série de questões, dificilmente captadas quando nos mantemos em sua superfície.

O segundo ponto que sobressai nas declarações anteriores, e que guarda relação com os limites (pelo menos, os mais imediatos) da descolonização e sua articulação com o externo, consiste nas autonomias indígenas, em especial aquelas pertinentes às TIOCs. Sabemos que o projeto incorporado à Constituição teve entre seus destaques a presença das autonomias indígenas referentes aos planos municipal e comunal, sinalizando para uma mudança qualitativa crucial neste novo pacto social, e mesmo para uma inovação em termos de um arranjo jurídico-institucional. Entretanto, a partir da Lei Marco de Autonomias, sua implementação encontra determinados obstáculos em uma série de demandas que tornam mais exequível sua realização no plano municipal e, ao fazê-lo, mantêm a vulnerabilidade do comunal e dos grupos que aí se estabelecem¹⁶². Esta vulnerabilidade vê-se, por exemplo, não apenas em relação às pressões de latifundiários, por um lado, e colonizadores-cocaleiros, por outro, mas, sobretudo, em relação ao controle das riquezas, exercidos da parte do Estado em articulação com as empresas transnacionais, com vistas ao crescimento/fortalecimento da

¹⁶¹ Ver “Bolívia asume el liderazgo de reunión sobre indígenas”, *El Deber*, 21/09/2014. De acordo com a matéria, a I Conferência Mundial sobre Povos Indígenas será presidida por Evo Morales, que desfruta do apoio de representantes do G-77 além de líderes da Bacia Amazônica e de diplomatas indígenas no âmbito da organização internacional.

¹⁶² Segundo o periódico *Nuestra Tierra*, entre os municípios indígenas, um fato comum observado foi o paulatino abandono pelas autoridades dos códigos comunários e sua inserção nos meandros da política pela via partidária, um dos pilares da institucionalidade das democracias liberais de um Estado-nação, o que tende a corroborar (pelo menos sob uma análise inicial) a percepção de subordinação do plurinacional ao nacional. Ver “*Nuestra Tierra*” (sept. 2012), Fundación Tierra.

economia boliviana e redistribuição de renda. Lembremos que a maior parte das TIOCs encontra-se na Amazônia e no Chaco, regiões que concentram a biodiversidade e os recursos naturais bolivianos, entre estes os hidrocarbonetos, grande fonte de divisas.

Neste sentido, promove-se uma adequação entre os interesses corporativos, representados em grande medida pelos colonizadores/cocaleiros e os empresários (madeireiros e agropecuaristas), o “interesse nacional” incorporado pelo Estado na figura da administração Morales como a construção de um “país digno, soberano e produtivo”¹⁶³, e o interesse das transnacionais em explorar os recursos e escoá-los. Ainda, asseguram-se os interesses daqueles que, partindo das bases, têm como objetivo permanecer aliados ao governo, fortalecendo os laços, independente de sua posição enquanto comunários, seja por acesso a fundos, seja por se sentirem representados na figura do presidente do Estado Plurinacional e entenderem que o “proceso de cambio” segue o seu rumbo. Por fim, fortalece-se nesta dinâmica a ideia de soberania do Estado, entendida em sua definição mais básica em termos de territorialidade e autonomia, em detrimento da soberania comunal, que caberia aos grupos indígenas habitantes das TIOCs através do exercício de sua autonomia e, por conseguinte, dos direitos de autogoverno e autodeterminação, estabelecidos pelas normativas internacionais¹⁶⁴. Neste sentido, as instituições do Estado permanecem atribuindo prevalência ao “nacional”, algo simbolizado na declaração de Vadillo pela presença de elementos identificados tipicamente com o Estado-nação – a ideia de um único programa de governo, de um único líder, a expansão do MAS, principalmente se considerarmos que o momento anterior caracterizou-se pela primazia política das organizações da sociedade civil em detrimento dos partidos políticos¹⁶⁵ – e que promovem, sobretudo, a

¹⁶³ Ver Plan Nacional de Desarrollo “Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien – Lineamientos Estratégicos 2006-2011”, p.23.

¹⁶⁴ A soberania estatal consiste em objeto de amplo debate nas Relações Internacionais, envolvendo uma gama de definições e um espectro de teóricos classificados em pólos diametralmente opostos, desde aqueles considerados realistas aos teóricos críticos, por exemplo. Aqui, nosso objetivo se limita apenas a sinalizar para um contexto no qual a realização das autonomias indígenas ainda não logrou reverter o exercício da soberania estatal enquanto algo preponderante, ainda que a normativa jurídico-institucional boliviana estabeleça o contrário. Entre os trabalhos mais destacados na disciplina, ver: Walker (1993), Op.Cit., Krasner (1999), “Sovereignty: Organized Hypocrisy”, Ashley (1988), “Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problem”, Inayatullah & Blaney (1995), Op.Cit., Hindess (2008).

¹⁶⁵ Este ponto reflete a crise de representatividade associada à política tradicional e refletida na figura do partido político, em especial durante o período neoliberal. Sobre isto, ver Tapia (2007), Op.Cit.

homogeneização e a marginalização da diferença, tão associadas à construção do ente estatal, como observamos anteriormente.

Todos estes temas apontam para as dificuldades referentes à liberação e à implementação da plurinacionalidade, posto que ambos os fenômenos requerem como princípio básico a noção de coexistência a qual, como assevera Fabian, está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento da coetaneidade. Neste sentido, a descolonização consiste num processo marcado, sobretudo, pela disputa de poder e entre visões de mundo, como assevera Vadillo, algo subjacente às diferenças com relação à própria concepção desta “nova Bolívia” e que reflete modos de vidas, cosmologias distintas entre o branco-mestiço e o indígena e entre os diversos grupos indígenas. Reflete, portanto, fronteiras que se demarcam e se afrouxam, perpassadas pela violência física, psicológica, discursiva, e que são também atravessadas pela questão econômica e classista. Como já afirmamos, nem todos os grupos conformam um todo unitário, assim como nem todo *kolla* e nem todo *camba* insere-se em uma mesma classificação estanque, detalhe que pode passar despercebido quando compartimentamos os atores envolvidos nesta dinâmica. Assim, os desacordos expressos ao longo deste trabalho, tanto no que se refere ao Suma Qamaña quanto ao TIPNIS, demonstram como os limites, usualmente entendidos como uma separação entre os grupos, também são erigidos dentro dos mesmos, ao mesmo tempo em que esta divisão permite o estabelecimento de outras alianças.

Quando pensados para o entorno regional, especialmente para os casos de sociedades que ou se apresentam como majoritariamente indígenas ou concentram uma resistência organizada, tais temas configuram uma agenda de pesquisa cujo potencial extrapola as barreiras disciplinares. Neste sentido, os mesmos implicam um repensar das fronteiras erguidas pelas Relações Internacionais tendo em vista a conexão entre questões caracterizadas num primeiro momento como próprias do doméstico ou do internacional, numa dicotomia que reflete uma determinada visão de mundo segundo a qual o “E” não encontra lugar. Sob o manto do “colonialismo interno” e da descolonização, o estudo aqui elaborado nos permite refletir sobre os caminhos e descaminhos do processo em relação a outros locais, como o Equador, a partir dos acontecimentos observados na Bolívia, centrando-nos na interação Estado-sociedade e naquela desenvolvida particularmente no cotidiano do tecido social como pano de fundo. A partir deste duplo enfoque, é

possível, ainda, desvelar as alianças que perpassam os limites territoriais e que vão se articulando entre os distintos grupos que conformam o sujeito historicamente colonizado/explorado/marginalizado, seja em contraposição ou a favor dos governos de turno, seja com o objetivo de capturar ou não a estrutura do Estado. Dessa maneira, o retorno ao local mostra-se como crucial para um entendimento mais amplo e reforça nossa percepção de que as relações internacionais são, sobretudo, relações sociais.